ATA 15

PAUTA: Apontamentos metodológicos para apresentação geral do Diagnóstico e definição de data para realização da Audiência Pública de aprovação do Diagnóstico.

DATA: 21/11/2018 **LOCAL: Secretaria do Meio Ambiente - SMAM**

As nove horas do dia vinte e um do mês de novembro de dois mil e dezoito, em segunda chamada, na Secretaria do Meio Ambiente - SMAM, iniciou-se a reunião do Núcleo Gestor para a Revisão do Plano Diretor. A reunião iniciou às 09:00 devido à necessidade de aguardar quorum. Presentes os membros, conforme lista de presença, que faz parte integrante da presente ata. O membro do CMDI, Sr. Ubiratan Oro sugeriu a realização de alteração no regimento para que a reunião possa ocorrer com qualquer número de presentes em segunda chamada. A secretária respondeu que isso pode ser incluído na próxima pauta. Inicialmente, a Presidente, Sra. Ana Paula Wickert disse que a intenção era definir hoje as datas da entrega do documento e da Audiência Pública de aprovação do Diagnóstico. Foi salientado que os meses de dezembro, janeiro e fevereiro são atípicos devido as férias, mas não será possível parar os trabalhos do Núcleo Gestor e atividades continuarão. Foi dito que em reuniões passadas foram definidos os prazos de análise. A equipe do Núcleo Gestor foi aumentada para agilizar os trabalhos. Até dia 30/11/2018 será disponibilizado o resultado do diagnóstico nas entidades e no site da prefeitura para leitura, análise e manifestação e será realizada a publicação do Edital de convocação para audiência pública. Foi sugerido a data de 15/01/2019 para realização da Audiência Pública de aprovação do diagnóstico. Foi solicitada a aprovação da data da audiência. A data foi aprovada por todos os presentes. Foi dito que na reunião de hoje será apresentado os mapas e a metodologia. Depois da apresentação será aberto para comentários. Após a palavra foi passada para o Membro do Núcleo Gestor, Sr. Paulo Severo. Paulo Severo disse que o material apresentado é um extrato resumido do diagnóstico e solicitou que as perguntas sejam realizadas no final da apresentação. Fazendo uma lembrança de como funcionam os tempos do Plano Diretor. Foi explicado que o primeiro Plano Diretor iniciou os trabalhos em 1952 e levou 5 anos para ser finalizado e virou lei em 1957, o segundo Plano Diretor iniciou os trabalhos em de 1979 e levou o mesmo tempo para ser finalizado (1984 virou lei) e o terceiro Plano Diretor iniciou os trabalhos em 1999 e foi aprovado em 2006, demorou 07 anos. Disse que é necessário tempo de amadurecimento das idéias e chegar a um consenso do que se quer da cidade para o futuro. Lembrou aos presentes os Planos Setoriais que tem auxiliado na elaboração do Plano Diretor. Estes materiais estão sendo compilados para adequação do diagnóstico do Plano Diretor. Após o Membro do Núcleo Técnico, Arquiteta Chris Bilibio iniciou a apresentação dos resultados do diagnóstico. Inicialmente foi apresentado o fluxograma para mostrar a etapa atual da revisão. Na etapa de Diagnóstico está prevista uma leitura técnica e uma leitura comunitária. As etapas dos diagnóstico é dividida em sumário e três capítulos: Capítulo 01 - conhecendo o território, Capítulo 02 - Leitura técnica, avaliação temática integrada e Capítulo 03 - Leitura comunitária. Os Eixos Temáticos são: Desenvolvimento econômico e inovação; Meio ambiente e ocupação do território; Mobilidade sustentável; Espaços públicos e equipamentos sociais; Gestão, participação e controle social. No capítulo 01 foi apresentado a importância do território. Passo Fundo polariza muitas atividades em função de sua posição geográfica. Foi mostrado que a área urbana do município corresponde a 11% em território e concentra 97% em população. A área rural compreende os distritos. A demografia avaliada mostra a evolução da população de 1940 à 2010, que observa-se que a população urbana passou de 80.138 em 1940 para 184.826 em 2010. Foi mostrado também a modificação da pirâmide por faixa etária de 2000 a 2010, onde é visível a diminuição da faixa etária infantil, com a diminuição dos nascimentos e aumento da idade acima de 70 anos. A expectativa de vida em Passo Fundo mudou significativamente de 1991 à 2010. Em 1991 era mais baixo que o estado e hoje é superior à do estado e à do país. Todos os planos desenvolvidos apresentam projeção de crescimento populacional. A taxa de crescimento populacional vem diminuin-

do ao longo deste período. Foi decidido trabalhar com as taxas de crescimento do Plano de Saneamento. Nos cenários construídos pelo Plano de Saneamento mostra uma redução na taxa de crescimento. A projeção de crescimento populacional em 2020 seria de 201.650 pessoas, porém a estimativa feita pelo IBGE mostra uma taxa de crescimento maior, o crescimento populacional previsto, foi atingido em 2018. A estimativa do Plano de Mobilidade é que a partir de 2030 a população de Passo Fundo começa a decrescer. Sibele disse que a imigração não está prevista neste cenário. Paulo Severo disse que o território de Passo Fundo deverá permanecer o mesmo. No Capítulo 02 - Leitura Técnica - Avaliação temática Integrada, Paulo Severo disse que foi feita uma análise sucinta do Desenvolvimento Econômico na região. Foi mostrada uma tabela de 1953 com a evolução da População e da produção do Município de Passo Fundo e principais municípios (Carazinho, Erechim e Lagoa Vermelha). De acordo com o PEDEL (elaborado entre 2013 e 2014), Passo Fundo passou a ser o centro de articulação da região. O ciclo econômico de Passo Fundo iniciou com a produção de Erva-mate, Criação de gado e Madeira, depois passou para produção de Trigo e soja (década de 50), seguido da Industrialização (beneficiamento produção agrícola). Na década de 80 passou a ser a Construção Civil. Atualmente 80% do PIB de Passo Fundo provém de serviços e comércio. O carro chefe é Ciência, Tecnologia e Inovação através das Universidades, Empresas como a BSBios e Embrapa. Inovação das atividades produtivas é a tendência para o futuro. Foi mostrado o mapa com a distribuição de renda da População dentro da cidade de Passo Fundo. A renda parte de uma média de R$ 2.550,00 a R$ 5.100,00 na região central, mas não no centro. A renda predominante na região central e periferias imediata ao centro é de R$ 1.020,00 à R$ 1.750,00. Na região do bairro São Cristovão e Vera Cruz, a renda média é de R$ 755,00 à R$ 1.020,00. Em alguns pólos como São Luiz Gonzaga, Jaboticabal, Santa Marta e Schisler, a renda média é de até R$ 510,00. Após passou-se a apresentação do Meio Ambiente. Foi dito pelo Renato, que a parte de Meio Ambiente foi construída junto à SMAM. Foram utilizados para auxílio neste item os Planos de Saneamento e Plano de Resíduos Sólidos. Foi realizado uma análise da geologia e morfologia, solos e processo erosivos que impactam no território. Foi mostrado um mapa com as matas significativas no perímetro urbano. As matas são barreiras naturais para expansão urbana. Foram analisados o patrimônio, recursos hídricos, pontos de captação de água, redes coletoras de esgoto e o estado em que se encontram os rios. Foi mostrado que a maior parte do município não possui rede coletora de esgoto. As áreas foram divididas em locais que já tem rede operando, redes que já foram executadas, mas ainda não entraram em operação por falta de equipamentos e áreas sem implantação de rede. Parte dos condomínios já possuem rede de tratamento de esgoto implantadas, uma exigência para aprovação de condomínios pela Lei de Parcelamento do Solo. Foi demonstrado os domicílios sem coleta de lixo de 1991 à 2010. O índice de falta de coleta de lixo em Passo Fundo é menor que do estado em 2010. Foram analisados os Resíduos Sólidos e questões de conforto térmico. Sibele apresentou a ocupação do território com suas tipologias. É um tema transversal que se relaciona com muitos outros temas. É pautado em legislação. Foi feito um comparativo das áreas urbanizadas de 2006 e 2018. Foi dito que o terceiro Plano Diretor tem mais de 60 anos de regramento de quais são as diretrizes de ordenamento territorial. O Plano Diretor de 53, que foi aprovado em 57 trouxe algumas organizações como áreas que não podiam ser ocupadas e áreas insalubres. Era dividido em 5 zoneamentos não tinha relação com parâmetros urbanísticos e sim a possibilidade de ocupação. O Plano Diretor de 79, que virou lei em 84 já definiu o perímetro urbano. O Plano Diretor aprovado em 2006 procurou preencher os vazios delimitados dentro do perímetro urbano. Foi mostrado no mapa, o predomínio de tipologia horizontal (área residencial). A área central tem o predomínio de uso misto e mais vertical como comércio, serviços, residencial e de lazer. Ao longo dos eixos viários (Avenidas Brasil, Presidente Vargas e Rio Grande) predomina o uso misto com tipologia horizontal (pavilhões e casas). Na porção norte do território o predomínio é industrial e logístico de comércio e serviços com alguns distritos industriais. Na porção nordeste tem a região logística, Embrapa, UPF, IFSUL, IMED (educação, pesquisa e tecnologia). Tem a questão Institucional como aeroporto, fazenda da brigada e pedreira da ergo (grande parte destas áreas são do Estado), além dos núcleos habitacionais, de recreação e turismo, na questão do saneamento, foi marcada as áreas da estação de tratamento de esgoto e da estação de tratamento e captação de água. Esta área tem regramentos específicos. Foram mostrados os maciços arbóreos. Foi mostrada as áreas que estão em processo

de aprovação de parcelamento do solo no município atualmente. Foram mostradas a imagem do município com as diferenças da área urbanizada de 2006 com relação a 2018, com grande mudança na densidade, principalmente nas áreas periféricas, com manutenção do perímetro urbano. Foram preenchidos os vazios nas áreas periféricas e que o IBGE em 2010 ainda não registrou estas mudanças. Além desta mudança de densidade, pelos parâmetros urbanísticos, a legislação vai moldando a cidade, isto se deve à redução dos índices construtivos dos planos anteriores. A caracterização será feita por área (urbana e rural). Foi feita análise do Coeficiente de aproveitamento das áreas e dos usos do solo. Após o Renato apresentou a parte de habitação e ocupações, utilizando a base do IBGE e da Fundação João Pinheiro. Dos domicílios vagos em 2010, 93% são permanentes e 7% vagos. Foi feita análise dos domicílios por renda. Pessoas sem renda equivale a 1,06% da população, com renda de 0 a 3 Salários 37,78%, mais de 3 a 6 salários 25,24%, mais de 6 a 10 salários 22,58% e acima de 10 salários 13,35%. O número de pessoas por domicílios diminuiu de 3,10 em 2000 para menos de menos de 2,80 em 2010, o que explica a maior demanda por domicílio. A estimativa de déficit habitacional em 2010 era mais de 6.444 pessoas na área urbana de Passo Fundo. Os componentes do déficit habitacional são: domicílios precários 1.009 na área urbana e 8 na área rural, famílias conviventes 2158 na área urbana e 47 na área rural, ônus excessivo com aluguel 2364 e adensamento 161. Ônus excessivo e adensamento foi utilizado apenas para área urbana. Foram mostrados as inadequações dos componentes habitacionais (esgotamento sanitário, abastecimento de água, iluminação elétrica e destino do lixo). O Diagnóstico foi trabalhado junto com o mapa das ocupações repassado pela SEHAB. Foram elencados as ocupações e tem no diagnóstico um olhar mais aprofundado em Passo Fundo, que é o caso do Beira Trilhos, que possui mais de 51 famílias. Após Chris apresentou o levantamento dos Equipamentos Sociais. O foco foi na educação básica de 04 a 17 anos (em Passo Fundo 20% da população). A análise foi embasada nas oficinas regionais. Foi mostrado o mapa com os equipamentos de educação. Com os equipamentos de saúde. A saúde verificou as UBS, CAIS, hospitais. O mapa com os equipamentos de Atenção Social (CRAS e Casas de acolhimento), Equipamentos esportivos (inclusive quadras de escolas que podem ser utilizadas pela população), equipamentos culturais e espaços livres de uso público (espaços equipados e não equipados). Foi salientado que à partir de 2013 para novos parcelamentos está sendo exigido que na área que é disponibilizada para o município, é obrigatório a entrega dos equipamentos já prontos para uso. Após o Engenheiro Gustavo Heurich apresentou a parte de Mobilidade Sustentável. Foi dito que esta análise foi embasada no Plano de Mobilidade. Foi mostrado que o Plano de Mobilidade foi elaborado de 2013 à 2014, que ocorreram 5 audiências públicas uma para cada tema (sistema viário, transporte coletivo, passeios públicos e ciclovias). Foi utilizada a base de dados do Plano de Mobilidade para complementar o que ocorreu desde a diretriz do Plano até a data de hoje e realizado diagnóstico da situação da cidade. O trânsito é uma fotografia de como se estrutura uma cidade. É um histórico de como a cidade se estruturou, as questões ambientais, como se estrutura o setor viário e as mudanças até os dias de hoje e os problemas ocasionados. A frota de veículos de 2003 a 2018 teve um aumento de 67%, enquanto a população teve um aumento de 11%. Foi mostrado uma mapa com as descontinuidades viárias. Os pontos vermelhos representam as descontinuidades (vias interrompidas). Os eixos de concentração encontra-se nas Avenidas (Brasil, Presidente Vargas e Teixeira Soares/Rio Grande/Moacir da Motta Fortes). Onde tem o maior número de descontinuidades é onde se sem o maior número de problemas no trânsito. Foi dito que no Plano de Mobilidade foi apontado que o número de viagens diárias em Passo Fundo é muito grande. Foi mostrado as linhas de transporte coletivo. Uma das grandes reclamações é o tempo de espera no ponto de ônibus. Em 95% do tempo, a maioria dos ônibus circulam com sua capacidade de lotação média ou vazios. Foi dito que foram implantadas cerca de 17 km de ciclovias, proporcionando um meio de transporte sustentável para a cidade. Hoje para implantação de novos loteamentos, é obrigatório a realização de ciclovias para interligação das redes já existentes. Para mobilidade é utilizada a hierarquização viária prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), sendo pedestre, ciclista, transporte público e transporte particular. Passo Fundo, em comparação com outras cidade do mesmo porte, tem disponibilidade aceitável de passeios. Em novos projetos é exigido que sejam realizados os passeios antes da execução do asfalto. Na parte central da cidade a demanda por passeios é maior. Foi mostrado o mapa com as grandes concentrações de tráfego. Após

Sibele apresentou os resultados do Capítulo da Gestão, Participação e Controle. Foi mostrada a **análise sobre os instrumentos de políticas participativas preconizadas pela lei (**Lei n° 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade). Foi mostrado o papel do Estatuto da Cidade como agente catalisador de mudança e participação democrática e as **organizações da sociedade civil envolvidas atualmente nos processos decisórios** (CMDI e demais conselhos municipais pertinentes). Após foi exemplificado **Os Instrumentos do Estatuto da Cidade** (IPTU Progressivo no Tempo, Emissão de Títulos, Outorga Onerosa do Direito de Construir, Operações Urbanas Consorciadas, Transferência do Direito de Construir, Consórcio Imobiliário, Política Tributária, Recursos Orçamentários, Direito a Preempção, Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, EIV - Estudo e Impacto de Vizinhança, RIV - Relatório de Impacto de Vizinhança). Foi feito um panorama entre os instrumentos do Estatuto das Cidades e as leis municipais já estabelecidas. O Capítulo 03 - Leitura Comunitária foi apresentado pela Chris. Foram realizadas 16 Oficinas avaliativas, 02 reuniões com segmentos específicos, questionário on-line com 896 participantes, além do Projeto Cidade do Amanhã com a participação de 04 escolas e 319 alunos.Foram eleitos 81 delegados durante as oficinas. Foi mostrado o Fluxograma com as atividades principais (Etapa01 - Preparação de Estudo Preliminares, Etapa 02 - Leitura da Realidade Local, Etapa 03 - Proposições e Etapa 04 - Elaboração da Minuta do Projeto de Lei. A previsão é que a realização das Oficinas Propositivas ocorram no início do primeiro semestre/2019, após a aprovação da Etapa de Diagnóstico. O representante do GESP, Sr. Paulo Cornélio questionou se o Diagnóstico apresentado será aprovado pelo Núcleo Gestor antes da realização da Audiência Pública. Paulo Severo disse que o material será disponibilizado, tendo prazo de 15 dias para tomarem conhecimento, 15 dias para avaliação e complementações e mais 15 dias para o Núcleo Técnico analisar o material recebido. Foi questionado qual a forma de encaminhamento deste material para análise. A resposta foi que na hora da publicação poderá ser disponibilizado o método de envio de manifestações, se por e-mail, protocolo ou entrega direta na secretaria. Qualquer um destes meios pode ser considerado oficial. A reunião foi encerrada às 10 horas e 20 minutos pelo vice-presidente Luiz Roberto Gosch. Foi relembrado aos presentes que a próxima reunião, conforme Regimento Interno será dia 19/12/2018 às 08h15min em primeira chamada e 08h30min em segunda chamada na Secretaria do Meio Ambiente - SMAM.

REUNIÃO NÚCLEO GESTOR
21/11/2018 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMAM

PAUTA: Apontamentos metodológicos para apresentação geral do Diagnóstico e definição de data para realização da Audiência Pública de aprovação do Diagnóstico.

I - REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

ENTIDADE	REPRESENTANTE	ASSINATURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	TITULAR: Ana Paula Wickert	Ana Wickert
	SUPLENTE: Leandro Trizzini Moreira	
	TITULAR:	
	SUPLENTE: José Carlos Arruda	
NÚCLEO TÉCNICO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR	TITULAR: Paulo Antonio Busi de Severo	
	SUPLENTE: Chris Bortoluzzi Bilibio	Chris B. Bilibio
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	TITULAR: Adolfo de Freitas	
	SUPLENTE: Caroline Thans Seganfredo	
SECRETARIA DE OBRAS	TITULAR: Felipe Scipioni	
	SUPLENTE: Gislaine Praetorius Mello Alves	
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	TITULAR: Rubens Marcon Astolfi	
	SUPLENTE: Gemanir Dalberto Rocha	
SECRETARIA DO INTERIOR	TITULAR: Betania dos Santos Lodi	Betânia Lodi
	SUPLENTE: Thiago da Silveira Peracchi Barcellos	

SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS	TITULAR: Cristiam Thans	
	SUPLENTE: Edson de Araújo	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	TITULAR: Carlos Eduardo Lopes da Silva	
	SUPLENTE: Juliana Barbosa Riffel	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TITULAR: Edemilson Jorge Ramos Brandão	
	SUPLENTE: Fernando Carlos Bicca	
SECRETARIA DE SAÚDE	TITULAR: Eliana Bortolon	
	SUPLENTE: Marianne Marini	
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	TITULAR: Paulo César Caletti	
	SUPLENTE: Altair Martins	
SECRETARIA DE SEGURANÇA	TITULAR: João Darci Gonçalves da Rosa	
	SUPLENTE: Nelson Jandir Feula Filho	
SECRETARIA DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	TITULAR: Wilson Pedro Lill	
	SUPLENTE: Diego Roman dos Santos	
SECRETARIA DE FINANÇAS	TITULAR: Dorlei Francisco Maffi	
	SUPLENTE: Monclar Margotto Junior	
SECRETARIA DE CULTURA	TITULAR: Pedro Almeida	
	SUPLENTE: Fernanda X. Theis	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	TITULAR: Marlise Lamaison Soares	
	SUPLENTE: Eliana Fátima de Zorzi	
PASSOTUR	TITULAR: Diorges Oliveira	
	SUPLENTE: Luciano Fortes	
CORSAN	TITULAR: Altair Matter	
	SUPLENTE: Monica Vanzo	
IFSUL	TITULAR: Gustavo Cardoso Born	
	SUPLENTE: Bruna da Silva Pereira	
FUNAI	TITULAR: Luiz Carlos Silva Junior	
	SUPLENTE: Mauro Leno Silvestrin	

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

ENTIDADE	REPRESENTANTE	ASSINATURA
AEAPF	TITULAR: Márcio André Borin	
	SUPLENTE: Eduardo Rossatto	
OAB	TITULAR: Luciano de Araújo Migliavacca	
	SUPLENTE: Flávio Benvegnú Júnior	
SINDUSCON	TITULAR: Pablo F. Lima	
	SUPLENTE: Edival Balen	
ACISA	TITULAR: Marco Antônio Silva	
	SUPLENTE: Enéia Verdi	
CRECI- passofundo@creci-rs.gov.br - 33119766	TITULAR: João Alberto Quaresemin de Oliveira	
	SUPLENTE: Valdir Perin Salles	
AGENDA 21	TITULAR: Izabel Cristina Lopes	
	SUPLENTE: Ademar de Oliveira Marques	
GESP	TITULAR: Paulo Fernando Cornélio	
	SUPLENTE: Flávia Biondo da Silva	

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS	TITULAR: Mirian Carasek	
	SUPLENTE: Josiane Talamini	
INSTITUTO HISTÓRICO DE PASSO FUNDO	TITULAR: Fernando Borgmann Severo de Miranda	
	SUPLENTE: Djiovan Vinícius Carvalho	
UPF: arquitetura@upf.br	TITULAR: Carla Portal Vasconcellos	
	SUPLENTE: Márcia Cristina Hunther	
IMED: francieli.teixeira@imed.edu.br	TITULAR: Andréa Quadrado Mussi	Justificada
	SUPLENTE: Caliane de Almeida Silva	Justificada
UAMPAF	TITULAR: José Rodrigo dos Santos	
	SUPLENTE: Thiago Capuano	
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES BAIRRO SÃO JOSÉ	TITULAR: Ademir José Moraes dos Santos	
	SUPLENTE: Ruberson Stieven	
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE PASSO FUNDO	TITULAR: Paulo César Carbonari	
	SUPLENTE: Leandro G. Scalabrin	
SINDICATO RURAL	TITULAR: Felipe Alves Badotti	
	SUPLENTE: Antoli Fauth Mello	

CRESOL	TITULAR: Marcos Gerhardt	
	SUPLENTE: Luiz da Silva de Jesus	
CEDEDICA	TITULAR: Andrea Caon Reolão Stobbe	
	SUPLENTE: Juliana Biskup Ferraz	
COMPEDE	TITULAR: Fábio Flores	
	SUPLENTE: Emerson Drebes	
FUNDAÇÃO BENEFICENTE LUCAS ARAÚJO	TITULAR: Celso Lehmann da Silva	
	SUPLENTE: Luiz Costella	
CMDI	TITULAR: Leonardo Bussolotto	
	SUPLENTE: Demétrio Cristiano Silva do Nascimento	
	TITULAR: Ubiratan Oro	
	SUPLENTE: Luiz Roberto M. Gosch	